CORRUPÇÃO, ANTIPETISMO E NOVA DIREITA: ELEMENTOS DA CRISE POLÍTICO- INSTITUCIONAL

| POR HELCIMARA TELLES

Escândalos midiáticos, antipetismo, retração econômica e crescimento do pensamento conservador são ingredientes de uma grave crise política, que pode desestabilizar o pacto democrático e as instituições no Brasil.

Um dos debates mais atuais na política nacional versa sobre os protestos antigoverno em um momento em que a popularidade da Presidente encontra-se em níveis extremamente baixos e os meios de comunicação noticiam escândalos de corrupção. Pesquisas amplamente divulgadas na mídia mostram que os indivíduos que vão às ruas têm como principal

característica em comum um profundo sentimento contrário ao Partido dos Trabalhadores (PT), aos seus líderes e às agendas de inclusão social. Por que – se a corrupção é notícia recorrente há muitos anos – somente agora ela passa a pautar as atitudes dos eleitores e a organizar as ruas associando-se ao petismo? Como os protestos afetam a popularidade da Presidente da República e quais outros fatores podem ser utilizados para compreender a atual crise político-institucional?

Apesar de a corrupção ser notícia recorrente há muitos anos, por que somente agora ela passa a pautar as atitudes dos eleitores e a organizar as ruas?

ANTIPETISMO

A explicação para os protestos que pedem o afastamento da Presidente por meio de impeachment, cassação ou intervenção militar, bem como para o profundo sentimento antipetista presente entre os manifestantes, não está somente na cobertura da mídia sobre os casos de corrupção envolvendo o PT. De fato, há parcelas do antipetismo que podem ser interpretadas dessa forma, mas o sentimento não tem sua origem simplesmente aí.

Uma reflexão importante diz respeito à influência mútua entre a mídia e a opinião pública. Como todo produto, as notícias são pensadas para aprazer consumidores, mas não são só os veículos de comunicação que alteram a percepção dos cidadãos sobre o governo e a política. Embora esse efeito exista para alguns segmentos da população, existe também outro no sentido contrário: a cobertura política negativa da corrupção, mais do que agendar uma pauta, dá visibilidade e voz às disposições – já presentes na opinião pública – de um pensamento ideologicamente à direita. O antipetismo dos manifestantes que foram às ruas este ano não procede simplesmente de uma reação às notícias sobre corrupção, provém também da divergência com projetos e políticas redistributivas e de expansão dos direitos de minorias. O noticiário é gerado para ser consumido, e existe um mercado à procura de um porta-voz que expresse sua ideologia de direita, traduzida, hoje, no antipetismo.

ANTIPARTIDARISMO E A NOVA DIREITA

Outro ponto importante é o papel das redes sociais e dos outsiders na organização dos protestos. A direita encontrou nas mídias sociais um espaço para expandir sua clientela. Renovou suas estratégias, que migraram para os espaços on-line, e disseminou intensamente o tema da corrupção como escândalo político midiático concentrado sobre o PT e seus políticos.

Os eleitores que vão às ruas protestar obtêm informações sobre os eventos em páginas nas redes coordenadas por líderes outsiders que compartilham mensagens intolerantes e polarizadas, como o Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e os Revoltados On-line. Essa direita, que, embora tendo votado em Aécio Neves, apresenta forte antipartidarismo, toma um espaço desproporcional nas ruas das quais o PT se distanciou.

ECONOMIA E AJUSTE FISCAL

Outro tema a desgastar ainda mais o PT e seu governo é a política econômica de ajuste fiscal. Em situações de crise, políticas de ajuste tendem a ser duramente criticadas. Quase a totalidade dos governos europeus, à esquerda e à direita, que promoveram ajustes econômicos, foi em seguida derrotada nas urnas. O fato é que no Brasil, por razões internas e externas que não

Como todo produto, as notícias também são pensadas para aprazer seus consumidores. A cobertura da corrupção dá voz a um pensamento ideologicamente à direita, já presente na opinião pública.

caberia discutir aqui, os gastos do setor público terão de ser drasticamente reduzidos nos próximos anos, derrubando a popularidade do governo caso este não tenha – como parece não ter – uma estratégia política adequada para este momento.

Os eleitores do atual governo poderiam “cooperar”, apoiando a política de cortes, tendo em vista a “gratidão” pelos benefícios obtidos ao longo dos anos anteriores. Contudo, equívocos políticos cometidos antes da segunda posse da Presidente reduziram muito sua capacidade de contar com essa adesão. Em primeiro lugar, a candidata do PT declarou inúmeras vezes, durante a sua campanha, que não realizaria cortes e que a economia cresceria, o que alimentou expectativas de desenvolvimento econômico sem sacrifício. A distância entre o declarado e o realizado gera enorme frustração, contribuindo para corroer a confiança na Presidente.

Finalmente, um ajuste, ainda que seja necessário, deve ser negociado com representantes dos setores que serão mais duramente atingidos, a fim de obter sua cooperação. Não é razoável supor que a sociedade coopere com algo que atinge seu bolso sem que lhe seja oferecida alguma recompensa política ou bens simbólicos que equilibrem as perdas. Isso não tem sido feito, e o Planalto tem se limitado a dar más notícias, afastando-se de suas bases eleitorais e sociais.

A CRISE E O PACTO DEMOCRÁTICO

A produção de escândalos midiáticos, a retração econômica, o antipetismo e o crescimento do pensamento conservador na sociedade são fatores que explicam a redução da popularidade do atual governo, com menos de 10% de avaliação positiva. E a avaliação da Presidente impacta sua relação com o Legislativo, o que reduz as chances de aprovação de sua agenda.

Em meio a esse contexto, a chamada bancada evangélica mereceria uma análise mais profunda: pautas moralistas têm avançado no Congresso e deixaram de ser apenas folclore de grupos mais caricatos ou radicais. Em temas relativos à expansão dos direitos, como o aborto, a união entre pessoas do mesmo sexo e a separação entre Igreja e Estado, existe retrocesso. Uma agenda conservadora vem se expandindo em um Congresso que se encontra em evidentes dificuldades para representar a cidadania.

O afastamento do governo de sua base social pode ter ainda mais efeitos. Os pobres e a “nova classe média”, num Estado que está longe de ser o de bem-estar social, serão os primeiros atingidos pelas medidas de austeridade. Na ausência de uma comunicação eficiente do governo para explicar qual programa político será aplicado seguido do ajuste, combinado com a limitada capacidade do PT de dialogar e articular uma base parlamentar, os pobres poderão aderir aos grupos que prometem “moralidade”, “ética” e “gestão eficiente”.

É aí que entram em jogo líderes políticos com pouca adesão ao pacto democrático. Em um momento em que os grupos ideologicamente à direita parecem bem articulados, um risco é que o atual governo e seu partido deixem de ser reconhecidos pelo legado de políticas sociais exitosas, e os pobres e a “nova classe média” sejam atraídos por esses personagens. A combinação de baixa popularidade, escândalos midiáticos de corrupção, afastamento dos pobres, polarização política e lideranças que não reconhecem a legitimidade das urnas está incendiando o país, paralisando o processo decisório, afetando a economia e desestabilizando o pacto democrático e a política institucional. ●

PARA SABER MAIS:

- Helcimara de Souza Telles. *Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: o Boom da Direita na Política Nacional?* Revista Interesse Nacional, vol. 8, pág. 28-46, 2015. Disponível em: interessenacional.uol.com.br/site/wp-content/uploads/2015/07/Interesse_nacional_ed30.pdf

HELCIMARA TELLES > Professora da UFMG > mara-telles@fafich.ufmg.br